

1) Título do subprojeto:

PRÁTICAS DE ESTADO, PROCESSOS DE RECONHECIMENTO TERRITORIAL E DESREGULAÇÃO AMBIENTAL EM CONTEXTOS LATINO-AMERICANOS

(Linha de pesquisa: Práticas institucionais, processos de administração de conflitos e moralidades)

2) Coordenação

Eliane Cantarino O'Dwyer (Professora Titular do Departamento de Antropologia/PPGA/UFF e Pesquisadora Visitante Sênior PPGA/UFPA)

3) Qualificação do principal problema a ser abordado

Este projeto propõe uma reflexão sobre o Estado e suas margens a partir dos processos de construção moderna de Estados-Nação em contextos latino-americanos, com ênfase no caso brasileiro; isto é, os processos do chamado “nation building”, nos quais “empreendimentos capitalistas e estados-nação modernizantes são os dois mais importantes poderes que organizam o espaço hoje” (Asad, 1993, p 8). O projeto de construção dos Estados-Nação brasileiro e latino-americanos é modernizador e, “não se refere apenas a governantes que tentam implementá-lo, mas também aqueles que lutam contra ele” (Idem) em espaços políticos legais estabelecidos. Assim, o poder hegemônico não elimina ambiguidades, nem homogeneiza, mas diferencia e classifica práticas, definindo junto com o projeto modernizador certas formas de “fazer história”. No caso do Brasil, após a Constituinte de 1988, segundo juristas, institui-se uma nova ordem jurídica diversa das anteriores, e com ela inaugura-se um novo Estado.

Os direitos culturais protegidos pelo Estado brasileiro, no caso dos “indígenas” e “afro-brasileiros”, e de outros “grupos” (...), com a “valorização da diversidade étnica e regional” (artigos 215 e 216 da Constituição Federal), têm sido interpretados em conexão com os direitos sobre as terras indígenas e o reconhecimento à propriedade das terras ocupadas pelos “remanescentes das comunidades de quilombos” – neste último caso, por meio das disposições constitucionais transitórias, artigo 68 do Ato DCT, que disciplinam “situações concretas”, consideradas “análogas”, porém “distintas”, as quais passam a fazer parte integrante da Constituição. Assim, a noção de terras tradicionalmente ocupadas pelos índios

como sendo aquelas necessárias à sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições, tem sido utilizada igualmente no reconhecimento de direitos constitucionais de ocupação territorial dos “remanescentes de quilombos” e outros grupos caracterizados pela legislação infraconstitucional como “povos” e “comunidades tradicionais” (Decreto 6040 de 2007).

Neste contexto de reconhecimento de direitos culturais e territoriais, dentro e fora do Brasil, as pesquisas etnográficas têm produzido formas de conhecimento que, segundo argumentação de Veena Das, ao privilegiarem a experiência, possibilitam introduzir-se em domínios do social que não são de fácil acesso seguindo outros protocolos de enquete. Assim, o trabalho de campo etnográfico “oferece uma perspectiva única do tipo de práticas que parecem desfazer o Estado em suas margens territoriais e conceituais” (Das, 2008, p. 20), e, podemos ainda acrescentar, legais.

Mais contemporaneamente, o reconhecimento de direitos culturais e territoriais tem sido posto à prova por um conjunto de iniciativas e práticas instituídas nos âmbitos governamentais e empresariais, que se fazem perceber especialmente no campo das políticas desenvolvimentistas e ambientais, onde encontramos uma diversa gama de leis que regulam a situação dos povos tradicionais e de seus territórios. O regime discursivo do desenvolvimento (Escobar, 2011) têm sido acionado pelos governos e por uma ampla gama de instituições e agentes para evocar, na prática, a imposição de um modo de vida (capitalista e modernizante) sobre a grande diversidade cultural previamente reconhecida e garantida por leis nacionais e internacionais (no Brasil, conforme mencionado, após a CF 1988). Dessa forma, se coloca a questão sobre as implicações desse regime discursivo que é o desenvolvimento como necessidade primordial na sociedade capitalista contemporânea, que produz modos de vida permitidos e impossibilita e desqualifica outros (Escobar, 2001, p. 5).

O que temos chamado de *(des)regulação ambiental* se refere à flexibilização das legislações relacionadas à gestão e à proteção ambiental e aos direitos territoriais, visando um menor controle legal e dos Estados diante da intensificação de processos produtivos, da exploração de recursos naturais, do uso e da ocupação intensiva e extensiva da terra. Esse processo vem acompanhado dos seguintes fenômenos que pretendemos considerar em nossas pesquisas: agravamento dos impactos socioambientais nos territórios ocupados por grupos tradicionais; crescimento da violência e da criminalização dos movimentos sociais (e também das práticas antropológicas); retrocessos na legislação socioambiental brasileira; reestruturação no setor da mineração (um dos focos do momento); reorganização do mercado

de trabalho (e o surgimento de novas formas de imobilização da força de trabalho); reestruturação do mercado de terras nas áreas rurais; etc.

Para compreender tais processos, recorreremos às experiências etnográficas dos pesquisadores em situações de conflitos socioambientais, reivindicação de direitos territoriais e práticas de governança no âmbito da implementação dos grandes projetos de desenvolvimento, incluindo aqueles que se apresentam sob a designação de desenvolvimento sustentável – dentre eles, a construção de barragens, portos e estradas de ferro, a exploração de reservas minerais, a produção de biocombustíveis, o agronegócio, projetos de ecoturismo, projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+).

A análise do material etnográfico, documental e arquivístico produzido no âmbito dessa pesquisa será desenvolvida em eixos temáticos tendo como denominador comum uma reflexão crítica sobre as interfaces entre as práticas estatais, o reconhecimento de direitos, as estratégias regulatórias e jurídicas na gestão tutelar de povos e territórios tradicionais e a configuração de conflitos socioambientais. Uma questão que perpassa essas diversas escalas de agenciamento do poder diz respeito as (im)possibilidades do diálogo entre o Direito, na forma como o conhecimento jurídico é construído no Brasil através de práticas inquisitoriais, e as ciências humanas e sociais voltadas para a análise de situações concretas e modos de pertencimentos mediante pesquisa empírica sistemática (Kant de Lima, 1989, 2016; Cardoso de Oliveira, 2010).

4) Objetivos e metas, quantitativas e qualitativas, a serem alcançados, nas áreas de: Pesquisa, Formação de recursos humanos; transferência do conhecimento e internacionalização

4.1) Objetivos

4.1.a) Pesquisa

- Somar esforços às pesquisas desenvolvidas pelo INEAC, sob o eixo “Práticas institucionais, processos de administração de conflitos e moralidades”;
- Fomentar a consolidação de uma linha de pesquisa que vincula os estudos sobre etnicidade com os estudos dos subcampos disciplinares da Antropologia do Poder e da Antropologia do Desenvolvimento, por meio da produção de etnografias e estudos de casos sobre situações de conflitos socioambientais, reconhecimento de direitos territoriais, assim como sobre as práticas estatais e empresariais de governabilidade;

- Acompanhar os processos de mudanças na legislação ambiental e também na regulação de grandes empreendimentos desenvolvimentistas, tomando alguns estudos de casos para refletir sobre os efeitos dessas mudanças em territórios específicos (tais como: S11D da Vale em Carajás, expansão da Estrada de Ferro Carajás em territórios do grupo indígena Awá-Guajá, MRN no rio Trombetas, SAMARCO no rio Doce, Porto de Maicá em Santarém-PA, Projetos de desenvolvimento sustentável na região de San Martin da Amazônia peruana¹), do ponto de vista das práticas estatais, dos mecanismos de governança e das práticas corporativas, assim como dos efeitos sobre as populações atingidas e dos conflitos socioambientais que se desdobram no campo;
- Buscar uma comparação entre as situações e práticas observadas no Brasil e em outros países, por meio do levantamento de estudos que abordam a questão da (des)regulação, e seus efeitos sobre povos tradicionais e sobre a produção de conflitos socioambientais, sendo este um processo internacionalmente observado nas novas formas mundialmente assumidas pelos Estados-Nacionais que têm sua economia ancorada no sistema capitalista;
- Analisar o avanço de uma nova fronteira agrícola para produção de commodities sobre terras públicas e áreas de uso comum de comunidades e povos tradicionais, mediante desmatamentos sistemáticos na Amazônia brasileira, tomando como referência empírica a área indígena Awá-Guajá, no Maranhão, cortada pela estrada de ferro Carajás.
- A partir da análise do material da CPI Funai/Incrá, refletir sobre o papel dos laudos antropológicos na atribuição de direitos e as possíveis arbitrariedades e ilegibilidades no indiciamento dos antropólogos ocorridos em contextos de incerteza na aplicação das leis característica do Estado e suas margens;
- Sobre o tema da relação entre Antropologia e reconhecimento de grupos e territórios etnicamente diferenciados, sobretudo na definição de terras quilombolas no Brasil (1998-2016), nosso objetivo é identificar, se possível, um padrão de relatório marcado

¹ A região de San Martin, na Amazônia peruana, é considerada estratégica para os projetos de desenvolvimentos sustentável conduzidos pelo governo peruano Devido aos indicadores socioeconômicos vinculados às políticas de Desenvolvimento Alternativo para erradicar os cultivos de coca, implementadas com o apoio da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e que inclui a promoção de cultivos como o café, o cacau e a palma para produção de biocombustível. A região também foi alvo de uma reforma institucional, com o apoio da cooperação alemã, composta por estratégias de conservação voltadas para o interesse de implementar projetos de Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal (REDD+), que não incluíram à população indígena nos momentos de tomada de decisões, nem contemplaram a territorialidade destes povos nos instrumentos de gestão. Isto afetou o acesso dos kichwa-lamista aos seus territórios e criminalizou suas práticas agrícolas e de caça, tanto que a população de algumas comunidades está sofrendo processos judiciais (Chaparro e Valderrama, 2016).

por um conjunto de articulações discursivas comuns, isto é, com um apanhado de conceitos e de estratégias retóricas e textuais reiteradamente utilizados. Essa pergunta mais ampla se desdobra em duas mais específicas. A primeira se refere às formas e dispositivos de construção de autoridade etnográfica e produção de convencimento empregadas, inspirando-se nas contribuições de Vicent Crapanzano (1991) e Bruno Latour (2000). Enquanto a segunda diz respeito ao subtexto que informa e conduz a elaboração do texto. Nesse sentido, interessa-nos saber se essas etnografias são guiadas por uma estrutura narrativa implícita, ou seja, por uma estória nos termos de Edward Bruner (1986), e quais os termos-chaves, conceitos, que lhes são característicos.

4.1.b) Formação de recursos humanos

- Através da participação de alunos nas pesquisas do GEAM-UFF, contribuir com a formação de alunos de mestrado, doutorado e com o desenvolvimento de pesquisas pós-doutorais desenvolvidas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia – PPGA/UFF.

4.1.c) Transferência do conhecimento

- Publicar artigos e divulgar os resultados da pesquisa em seminários e congressos e demais atividades organizadas pelos membros do GEAM-UFF e fomentar a articulação/interlocução dos pesquisadores com outros grupos de pesquisa ligados aos temas correlatos ao presente projeto;
- Disponibilizar os resultados das pesquisas para atores do legislativo e do judiciário, visando contribuir com os debates e o reconhecimento de direitos étnicos e territoriais, especialmente no Brasil e no Peru;
- Apoiar a atuação da ABA e dos antropólogos em geral na elaboração de laudos e relatórios sobre terras indígenas e de quilombos, assim como sobre estudos que visam identificar impactos socioambientais em áreas de grandes empreendimentos desenvolvimentistas.

4.1.d) Internacionalização

- Consolidar um espaço de interlocução institucional e estabelecer parcerias, por meio da organização de atividades acadêmicas, para troca de experiências com

pesquisadores de universidades estrangeiras, especialmente da América Latina, cujos países compartilham de experiências similares relacionadas à (des)regulação e às práticas estatais em relação aos povos tradicionais;

- Sobre a questão dos desmatamentos e os processos de (des)regularização fundiária, sobretudo na Amazônia brasileira, dar continuidade à parceria com a OPPA (vinculado ao CPDA/UFRRJ) mediante pesquisa realizada para a CLUA (Climate and Land Alliance), na qual a coordenadora do presente subprojeto atua como consultora;
- Empreender uma comparação dos processos de (des)regulação observados no Brasil com o que se passa em outros países latino-americanos, especialmente no Peru, onde temos dois alunos do GEAM vinculados ao PPGA desenvolvendo pesquisas – realizando estudos relacionados aos processos de territorialização do povo Kichwalamista, situados na região de San Martin, na Amazônia peruana.

4.2) Metas

4.2.a) Pesquisa

- Apresentação dos resultados de pesquisa nas atividades promovidas pelo InEAC;
- Promoção de discussões mensais entre os membros e alunos do GEAM/UFF, para consolidar os resultados das diferentes linhas de pesquisa inseridas no escopo do presente projeto;
- Produção etnográfica e teórica sobre os processos de (des)regulação ambiental observados nos campos das políticas ambientais e desenvolvimentistas, no Brasil e no Peru, em referência aos contextos latino-americanos, seus efeitos nos territórios ocupados por grupos tradicionais, sobretudo aquelas relacionadas às formas de criminalização dos movimentos sociais (e também das práticas antropológicas);
- Levantamento do material da CPI FUNAI/INCRA tais como Requerimentos da Câmara dos Deputados, gravações em vídeo dos antropólogos passíveis de indiciamento, entrevistas, documentos divulgados na imprensa, moções e notas de contestação aos objetivos da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada à investigar a atuação da Fundação Nacional do Índio (Funai) e do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá) na demarcação de terras indígenas e de remanescentes de quilombo.
- Mapeamento dos relatórios de identificação de territórios quilombolas produzidos no período de 1998 a 2016 por região, legislação vigente, forma de contratação do

antropólogo e perfil do profissional e construção de uma amostra representativa de relatórios para análise.

4.2.b) Formação de recursos humanos

- O desenvolvimento do presente projeto de pesquisa será feito através de duas formações pós-doutorais, dois doutorados e quatro mestrados em antropologia. A participação de alunos vinculados ao GEAM-UFF (Grupo de Estudos Amazônicos do Diretório de pesquisado CNPq) permite a formação de pesquisadores e a consolidação de uma rede acadêmica voltada para estudos amazônicos, como fonte à comparação com outras regiões do país onde se observam processos análogos.

4.2.c) Transferência do conhecimento

- Organização de um dossiê contendo 4 artigos produzidos no âmbito dessa pesquisa em revista acadêmica reconhecida da área de Antropologia;
- Divulgação dos resultados da pesquisa em seminários e congressos, por meio da participação dos membros da equipe nos eventos acadêmicos, possibilitando uma interlocução com outros grupos de pesquisa voltados para a temática da desregulação ambiental, tais como o GESTA-UFMG (Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais) e o GEDMMA-UFMA (Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente);
- Organização de workshop no início de 2019, na UFF/RJ, reunindo os membros da equipe do subprojeto, membros do InEAC e demais pesquisadores brasileiros e latino-americanos convidados;
- Publicação de 4 dissertações de mestrado, de 2 teses doutorais e 2 de relatórios de pesquisas pós-doutorais;
- Elaboração de relatório consolidado com uma reflexão sobre os resultados da pesquisa comparativa entre os diversos campos realizados no âmbito do presente subprojeto;
- Sobre a relação entre a antropologia e o reconhecimento de grupos e territórios etnicamente diferenciados, o resultado dessa análise poderá ser disponibilizado e debatido com membros do Ministério Público Federal, e no que diz respeito as terras de quilombo, com o Incra. No caso das pesquisas em solo peruano, as análises vão contribuir para o reconhecimento étnico e a luta por território dos movimentos

indígenas Kichwa-lamista, situados na região de San Martin, suportando à produção de laudos voltados à titulação fundiária.

- Fornecer à ABA a análise crítica do material coligido sobre a CPI da Funai e do Inca, de importância estratégica para sua atuação e dos antropólogos na elaboração de laudos e relatórios.

4.2.d) Internacionalização

- Convidar pesquisadores e lideranças de movimentos indígenas latino-americanos para o workshop a ser organizado pelo GEAM-UFF (previsão início de 2019);
- Participar de seminários e reuniões promovidas pelo CLUA - Climate and Land Alliance;
- Organizar e participar de atividades no 18º Congresso Mundial IUAES - Brasil (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences).

5) Metodologia e procedimentos de pesquisa

O material etnográfico utilizado é constituído por estudos de caso desdobrados a partir das diversas experiências de pesquisa dos integrantes do projeto que resultam na produção de narrativas etnográficas (Bruner e Turner, 1986), na qual o reconhecimento de direitos e afirmação de identidades étnicas trazem novas abordagens sobre desenvolvimento, colonialismo, etnicidade, raça e identidades nacionais.

Serão realizados trabalhos de campo em distintas regiões e em diferentes escalas, reunindo uma grande diversidade de territórios e campos institucionais destinados à compreensão da temática proposta no presente subprojeto. Conjugaremos a realização de etnografias territorialmente localizadas e recortadas em torno a certos grupos sociais e comunidades com outros tipos de etnografias de caráter “multissituado” (Marcus, 1995). Essas últimas serão voltadas para a compreensão dos fenômenos numa ordem mais global, por meio da observação e análise em diferentes escalas, micro e macro, seja por meio de pesquisas documentais e em arquivos, ou da proposta de seguir etnograficamente a circulação de atores, objetos e discursos. Como afirma Marcus (1995), rastrear as diferentes partes ou grupos em um conflito define outra forma de criar um terreno multissituado na investigação etnográfica.

A compreensão dos fenômenos associados à (des)regulação ambiental requer a adoção de métodos que nos possibilite também “estudar para cima” (*studying up* – Nader, 1972), e incorporar à análise as práticas dos agentes da burocracia estatal (do executivo, legislativo e judiciário) e paraestatal (dos organismos de cooperação técnica internacional, das ONGs etc.), assim como as práticas dos agentes situados nos campos empresariais (empreendedores, consultores, especialistas, técnicos, funcionários etc). Uma das estratégias de pesquisa que será acionada para aceder a estas práticas, além da observação direta e da realização de entrevistas, será a análise de “papeis”, documentos, relatórios, atas, estudos, projetos, processos, bem como da legislação e das propostas de alteração que hoje tramitam no Congresso.

Sobre a pesquisa documental e o levantamento de material arquivístico, como no caso da CPI da Funai e do Incra, pode-se considerar que as categorias acusatórias, as versões produzidas, as ocorrências e as informações registradas nada tem a ver com uma “verdade objetiva”. O valor etnográfico desse material pode servir para tecer as conexões entre atores sociais e eventos que, associado à experiência etnográfica de pesquisa e à memória social coligida, permitem proceder a uma leitura interpretativa não contaminada pela perspectiva inquisitorial.

No eixo da pesquisa sobre os relatórios antropológicos de identificação territorial dos quilombos produzidos para o Incra, algumas questões orientam os procedimentos de análise das informações coligidas: a) Qual antropologia há nos relatórios antropológicos sobre terras de quilombo: conceitos teóricos utilizados e o fazer etnográfico? b) Os relatórios antropológicos avaliados pelo INCRA e os desafios do trabalho do antropólogo na administração pública no atendimento às normas processuais e a imposição frequente de critérios estranhos à disciplina; c) A interface com os processos jurídicos e casos exemplares de intervenção do MPF; d) Desafios e perspectivas ao trabalho do antropólogo em condições de elaboração de laudos e relatórios sobre terras de quilombo, visando produzir uma reflexão sistemática sobre as relações entre saberes antropológicos e a construção do Estado Nação.

6) Principais contribuições científicas, tecnológicas ou de inovação da proposta

Produção de artigos científicos para publicação em revistas indexadas no país e participação em eventos acadêmicos e científicos (Anpocs, IUAES, RBA, dentre outros) visando qualificação do debate e troca de experiências; elaboração de relatórios de estágio pós-doutoral; produção de teses e dissertações em antropologia.

7) Cronograma das atividades

O cronograma abaixo considera o período de março de 2018 a março de 2019.

Eventos científicos	IUAES – julho de 2018
	Anpocs – outubro de 2018
	RBA – dezembro de 2018
Levantamento de dados da pesquisa	De março a dezembro de 2018
Trabalhos de campo etnográfico	De junho a dezembro de 2018
Elaboração de relatórios e artigos	De janeiro a março de 2019

8) Identificação de todos os participantes do projeto (nome completo, CPF e formação), com detalhamento das atividades e das responsabilidades de cada membro da equipe, correlacionando-as ao projeto, informando as experiências anteriores dos mesmos em atividades de pesquisa e de desenvolvimento, bem como a descrição das atividades de trabalho em rede.

Eliane Cantarino O’Dwyer (Coordenadora)

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7254906067108841>

CPF: 573.076.107-44

Professora Titular do Departamento de Antropologia/PPGA/UFF e Pesquisadora Visitante Sênior PPGA/UFPA

Atividades previstas

Coordenação do projeto; coordenação das atividades de trabalho de campo; coordenação dos seminários de discussão; orientação na elaboração de artigos e papers; orientação e formação de estudantes; atividades docentes em nível de graduação e pós-graduação; realização de atividades de trabalho de campo; elaboração de artigos e papers para eventos; elaboração dos relatórios parcial e final do sub-projeto.

Experiências anteriores

Desenvolve pesquisas etnográficas na abordagem de temas como identidade, etnicidade, organização social, práticas culturais e processos de territorialização e tem experiência na elaboração de relatórios antropológicos sobre populações seringueiras do Alto Juruá-Acre, comunidades remanescentes de quilombo do Baixo Amazonas – Pará e do estado do Rio de

Janeiro e laudo antropológico para a Justiça Federal da área indígena Awá-Guajá na pré-Amazônia maranhense.

Deborah Bronz (Pesquisadora)

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2939083597845572>

CPF: 082611637-09

Professora Adjunta do GAP/PPGA/UFF

Atividades previstas

Vice-coordenação do projeto; coordenação das atividades de trabalho de campo; coordenação dos seminários de discussão; orientação na elaboração de artigos e papers; orientação e formação de estudantes; atividades docentes em nível de graduação e pós-graduação; realização de atividades de trabalho de campo; elaboração de artigos e papers para eventos; elaboração dos relatórios parcial e final do sub-projeto.

Experiências anteriores

Há mais de 15 anos desenvolve pesquisas sobre as práticas empresariais e de Estado ligadas à implementação de grandes empreendimentos industriais, com foco sobre os efeitos sociais que se fazem sentir pelas comunidades tradicionais. Possui dois livros publicados como resultado destas pesquisas de cunho etnográfico: *Nos Bastidores do Licenciamento Ambiental. Uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos* (2016 - editora Contra Capa) e *Pescadores do Petróleo. Políticas ambientais e conflitos territoriais na Bacia de Campos* (2009 - editora e-papers). Áreas de interesse e investigação: antropologia do poder, elites, Estado, desenvolvimento, políticas ambientais e povos tradicionais.

Ana Paula Comin de Carvalho (Pesquisadora)

Link do Lattes:

CPF: 650.497.130-72

Pós-Doutorado Sênior CNPq/PPGA/UFF)

Atividades previstas

Realização de pesquisa pós-doutoral sobre “Os antropólogos e a definição de terras quilombolas no Brasil (1998-2016)” que tem como tema a relação entre Antropologia e reconhecimento de grupos e territórios etnicamente diferenciados. Mapeamento dos relatórios de identificação de territórios quilombolas produzidos no período de 1998 à 2016 por região, legislação vigente, forma de contratação do antropólogo e perfil do profissional.

Experiências anteriores

Professora Adjunta de Antropologia da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Também atua como Professora Permanente dos Programas de Pós Graduação em Ciências Sociais da UFRB e de Antropologia da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Foi Professora Pesquisadora UAB, na disciplina Antropologia e Educação do curso de Pedagogia a distância da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). É líder do grupo de pesquisa Memória, Processos Identitários e Territorialidades no Recôncavo da Bahia (MITO) na UFRB. É membro do Grupo de Trabalho Quilombos da Associação Brasileira de Antropologia (ABA). Desenvolve pesquisas nos seguintes temas: identidade étnica, territorialidade, comunidades remanescentes de quilombos, quilombos urbanos e patrimônio imaterial. Atuou em assessorias para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e na confecção de material didático (livros e vídeo-aulas) para o curso de Ciências Sociais a distância da ULBRA.

Priscila Tavares dos Santos (Pesquisadora)

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6907964865603539>

CPF: 053.562.057-83

Pós-doutoranda

Doutora em Antropologia PPGA/UFF

Atividades previstas

Elaboração de projeto pós-doutoral. Realização de pesquisa etnográfica e análise documental e arquivística sobre a CPI da Funai/Incrá. Elaboração de artigos e papers para eventos acadêmicos. Atividades docentes em nível de graduação. Elaboração dos relatórios parcial e final.

Experiências anteriores

Experiência na área de Antropologia Rural, com ênfase em assentamentos rurais, produtores rurais, agricultura familiar, reforma agrária, trabalho produtivo, mulheres camponesas, produção de conhecimento, horticultura, campos de ação. Autora de livros, capítulos e artigos e trabalhos em anais de eventos acadêmicos.

Alunos

Mestrado

Anahí Chaparro

Link do Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8172233193566806>

Mestranda em antropologia PPGA/UFF

Graduada em Antropologia pela Pontifícia Universidade Católica do Peru (2007). Tem experiência como pesquisadora nas áreas de antropologia e ecologia política, atuando principalmente nos seguintes temas: territorialidade e conflitos socioambientais, movimentos sociais, comunidades camponesas e etnologia sul-americana. Integra como estudante o Grupo de Estudos Amazônicos (GEAM) do diretório de pesquisas do CNPq.

Miguel Zevallos Valderrama

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9346151521760170>

Mestrando em antropologia PPGA/UFF

Graduado em Antropologia pela Universidad Nacional Mayor de San Marcos (2009). Integra como estudante o Grupo de Estudos Amazônicos (GEAM) do diretório de pesquisas do CNPq. Tem experiência de pesquisa na área de antropologia do Estado, ecologia política e povos indígenas da Amazônia peruana, atuando principalmente nos seguintes temas: territorialidade indígena, cartografia social, governança territorial e gestão ambiental, conflitos socioambientais e desenvolvimento regional.

Luisa Machado

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4247851642729104>

Mestranda em antropologia PPGA/UFF

Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2017) e atualmente mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense.

Diego Pérez

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3549997453720065>

Mestrando em antropologia PPGA/UFGA

Graduado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense. Interessado nos estudos relacionados à Antropologia da Amazônia, em especial no que diz respeito às teorias de

etnicidade, populações tradicionais e grandes projetos desenvolvimentistas. Integra como estudante o Grupo de Estudos Amazônicos (GEAM) do diretório de pesquisas do CNPq.

Doutorado

Tania de Souza Fernandes

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6747776311954870>

Doutoranda em antropologia PPGA/UFF

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal Fluminense e Mestrado em Antropologia Social - Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional UFRJ. Atualmente está cursando o doutorado em Antropologia no Programa de Pós - Graduação em Antropologia - PPGA - da Universidade Federal Fluminense. Exerce docência na UNILAGOS - FACULDADE UNIÃO ARARUAMA DE ENSINO. Tem experiência na área de Pesquisa, Docência, assessoria e consultoria em políticas e projetos culturais. Experiência docente em diversas disciplinas: Sociologia da Educação; Filosofia da Educação; Educação Ambiental; Cultura brasileira; Cultura regional; Sociologia Organizacional; Gestão Socioambiental; Gestão do Conhecimento; Comportamento Organizacional. Direitos Humanos; Métodos e Técnicas de Pesquisa e Metodologia Científica. Grande experiência, também, em orientação de TCC nas áreas indicadas. Pesquisa atualmente os seguintes temas: Impacto das Instituições de Ensino Superior na Região das Baixadas Litorâneas. Na área de Ciências Sociais e Humanas: Religiosidade Brasileira; Diversidade Social e Cultural. Na área de Pedagogia: Educação e Tolerância, Educação e Gênero; Educação e Direitos Humanos.

Adiles Savoldi

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1755614833924107>

Doutoranda em antropologia PPGA/UFF

Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina (1993), graduação em Pedagogia pela Universidade do Estado de Santa Catarina (1990) e mestrado em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998). Atualmente é professora Assistente da Universidade Federal da Fronteira Sul. Tem experiência na área de Antropologia, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade, etnicidade e etnologia indígena.

11) Indicação de colaborações ou parcerias já estabelecidas com outros centros de pesquisa na área

- GEAM/CNPq - Grupo de Estudos Amazônicos/UFF
- Programa de Pós-Graduação em Antropologia/Universidade Federal do Pará (PPGA/UFPA)
- Associação Brasileira de Antropologia (ABA)
- GESTA-UFMG - Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais
- GEDMMA-UFMA - Grupo de Estudos: Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente
- OPPA-CPDA/UFRRJ - Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura, vinculado ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade.
- LACED/PPGAS/MN/UFRRJ – Laboratório de Pesquisas em Etnicidade, Cultura e Desenvolvimento

12) Disponibilidade efetiva de infraestrutura e de apoio técnico para o desenvolvimento do projeto

O subprojeto está vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UFF que disponibiliza auditório e salas de aula, bem como sala de coordenação para realização de reuniões de orientação e pesquisa (sala 222).

13) Relação dos projetos financiados nos últimos 5 anos (vigentes ou encerrados) envolvendo os componentes da equipe, incluindo títulos, valores, vigência e agências financiadoras, justificando a relação com a presente solicitação

13.1) Bolsas

Bolsista PQ/CNPq

Bolsista PVS/Fapespa

13.2) Projetos financiados

Edital Universal CNPq- Interseções de conhecimentos etnográficos e arqueológicos em contextos do Baixo Amazonas: o caso do território do Aiaia em Santarém, Pará. (2014-2017)

PQ/CNPq - Etnicidade, práticas culturais e processos de territorialização em um contexto regional do baixo Amazonas. (2010-atual)

PVS/FAPESPA - Etnicidade, Práticas Culturais e Formas de Organização Social em um Contexto Regional do Baixo Amazonas. (2016-atual)

ABA/FORD - Identificação e Delimitação de Territórios Quilombolas no Brasil. (2011-2014)

14) Referências

ASAD, Talal. **Genealogies of religion. Discipline and Reasons of Power in Christianity and Islam**. Londres/Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1993.

BRUNER, Edward e TURNER, Victor. **Anthropology of experience**. Chicago: University of Illinois Press, 1986.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Luís Roberto. A dimensão simbólica dos direitos e a análise de conflitos. **Revista de Antropologia**, São Paulo, USP, v. 53, n. 2, 2010.

CHAPARRO, Anahí; VALDERRAMA, Miguel. “Políticas de Conservação e Direitos Territoriais dos Povos Indígenas: O caso da Região San Martín, Perú”, **Habitus**, vol. 15, nº 1, 2017, p. 73-92.

CRAPANZANO, Vincent. The Postmodern Crisis: Discourse, Parody, Memory. **Cultural Anthropology**, 6(4):431-446, 1991.

DAS, Veena y POOLE, Deborah. El estado y SUS márgenes. Etnografías comparadas. In: **Cuadernos de Antropología Social**, nº 27. Julio, UBA, Buenos Aires, Argentina. 2008. P.19-52.

ESCOBAR, Arturo. Introduction: Development and the Anthropology of Modernity. In: **Encountering development: The making and unmaking of the Third World**. Princeton University Press, 2011, p. 3-20.

KANT DE LIMA, Roberto. Cultura jurídica e práticas policiais: a tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ANPOCS, 4 (10), p. 65-84, 1989.

KANT DE LIMA, Roberto. e MOUZINHO, Glaucia Maria Pontes. Produção e reprodução da tradição inquisitorial no Brasil: Entre delações e confissões premiadas. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 9, n. 3, p. 505-529, 2016.

LATOUR, Bruno. Networks, Societies, Spheres: Reflections of an Actor network Theorist. In: **International Seminar on Network Theory: Network Multidimensionality in the Digital Age 19th**, Los Angeles, 2010.

MARCUS, G. Ethnography in/of the world system: the emergence of multisited ethnography. **Annual Review of Anthropology**, n. 24, p. 95-117, 1995.

NADER, L. Up the anthropologist: perspectives gained from ‘studying up’. In: HYMES, D. **Reinventing anthropology**. New York: Random House, 1972. p. 284-311.